

SPU/ME põe à venda 21 imóveis no mês de junho Localizados em nove estados, bens estão avaliados em R\$ 59 milhões

A secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia (SPU/ME) colocou à venda nova rodada de imóveis da União para o mês de junho: são 21 ativos localizados em nove estados do país. Ao todo, os imóveis estão avaliados em R\$ 59 milhões. Os interessados devem enviar as ofertas eletronicamente, por meio do portal VendasGov.

Entre as ofertas estão apartamentos, casas, terrenos e um edifício. Dezesete ativos estão à venda por terem recebido Proposta de Aquisição de Imóveis (PAI), mecanismo que permite que pessoas físicas ou jurídicas apresentem ofertas de compra para adquirir qualquer imóvel da União.

Confira a lista

Casa avaliada em R\$ 1,65 milhão, em Vitória (ES), na Rua Madeira de Freitas, 255, Bairro Praia do Canto, cuja concorrência pública será no dia 1º de junho;

Terreno avaliado em R\$ 2,08 milhões, em Brasília (DF), na SHIS QL 24, Conj 2, lote 14, Lago Sul, cuja concorrência pública será em 02 de junho;

Terreno/Benfeitoria avaliados em R\$ 16,2 milhões, em Santos (SP), na Av. Ana Costa 21, Vila Matias, cuja concorrência pública será no dia 3 de maio;

Apartamento avaliado em R\$ 1,28 milhão, localizado em Brasília (DF), na SQS 114, Asa Sul, cuja concorrência pública será retomada no dia 3 de maio;

Terreno avaliado em R\$ 158,8 mil, em Estância (SE), cuja concorrência pública será realizada no dia 6 de junho;

Terreno avaliado em R\$ 76,2 mil, também em Estância (SE), cuja concorrência pública será realizada no dia 7 de junho;

Apartamento avaliado em R\$ 475 mil, em Brasília (DF), SHCES Quadra 1311, no Cruzeiro, cuja concorrência pública será realizada no dia 8 de junho;

Terreno avaliado em R\$ 2,29 milhões, em Brasília (DF), na SHIS QL 26, Conjunto 5, Lote 7, Lago Sul, cuja concorrência pública será realizada no dia 9 de junho;

Terreno com benfeitorias, em Iturama (MG), avaliado em R\$ 2,18 milhões, cuja concorrência pública será realizada no dia 10 de junho;

Terreno com benfeitorias avaliado em R\$ 201 mil, localizado em Manhuaçu (MG), Rodovia BR 116, Km 558,3, Sacramento, cuja concorrência pública será realizada no dia 15 de junho;

Terreno e benfeitorias avaliados em R\$ 296,5 mil, em Nova Andradina (MS), na



Rua Melvin Jones 1372, cuja concorrência pública será dia 17 de junho;

Terreno em Campo Grande (MS), avaliado em R\$ 129,5 mil, na Rua Aracaju, lote 6, Quadra 4, Jardim Imá, com concorrência pública em 20 de junho;

Casa na Praia do Canto, na Rua José Teixeira 191, em Vitória (ES), avaliada em R\$ 2,69 milhões, com certame em 21 de junho;

Terreno no Setor Bancário Norte de Brasília (DF), Quadra 2, Lote 3, avaliado em R\$ 17,74 milhões, cuja 2ª concorrência pública ocorrerá em 24 de junho;

Apartamento em Brasília (DF), situado na SQN 108, Asa Norte, avaliado em R\$ 1,01 milhão, com a concorrência pública em 27 de junho;

Terreno avaliado em R\$ 1,59 milhão, no Lago Sul em Brasília (DF), com certame em 28 de junho; e

Terreno em Juiz de Fora (MG), avaliado em R\$ 288 mil, nas proximidades da Avenida Brasil, Área S-5, com concorrência pública em 29 de junho.

Para esses casos, há uma vantagem. As pessoas físicas ou jurídicas que enviaram proposta por meio da PAI, contrataram a avaliação e homologaram o laudo na SPU, têm o direito à preferência na aquisição do imóvel. Durante o andamento das sessões públicas, caso não ganhem a concorrência pública pela maior oferta, elas podem arrematar o imóvel pelo mesmo valor do maior lance oferecido por um terceiro. Se preferirem não exercer esse direito, além da devolução da caução, os interessados são reembolsados dos custos de avaliação diretamente pelo ganhador da licitação.

Outros quatro imóveis – que ainda não receberam proposta de aquisição - PAI – também podem ser arrematados:

Curitiba (PR) - terreno com 954m2 e área construída de 3,060m2, situado na Rua Doutor Faivre, 1212 - Centro, avaliado em R\$ 5,2 milhões, cuja concorrência pública será realizada no dia 13 de junho;

Foz do Iguaçu (PR) - casa avaliada em R\$ 279 mil, com a concorrência pública a realizar-se no dia 14 de junho;

Aracaju (SE) - casa avaliada em R\$ 780 mil, podendo ser arrematada no dia 22 de junho;

Fortaleza (CE) - térreo e benfeitorias na Rua Dom Pedro I, 461, esquina com a Rua Major Facundo, terreno de 845,79 m2 e área construída de 646m2. O imóvel, avaliado em R\$ 2,34 milhões, vai novamente a certame no dia 23 de junho.

Os editais, fotos dos imóveis e outros detalhes podem ser obtidos no portal VendasGov. Como o processo é conduzido de forma virtual, as ofertas podem ser apresentadas até o dia anterior à data da sessão pública. Entretanto, para ocorrer a validação, é necessário anexar o comprovante de pagamento da caução, equivalente a 5% do valor do imóvel, que deverá ser efetivado na Caixa Econômica Federal, conforme edital. A oferta de maior valor vence a concorrência. Caso a proposta apresentada não seja a vencedora, a caução é integralmente devolvida. Para registrar as ofertas é necessário possuir o cadastro único no Portal GOV.BR.

Como participar

Os interessados devem acessar o portal VendasGov, fazer o login pelo GOV.BR e enviar suas ofertas. As sessões públicas são realizadas, sempre, às 10h ou 15 horas.

Confira o calendário consolidado dos certames de junho.

PARA ANUNCIAR

LIGUE

(81) 3224-6967

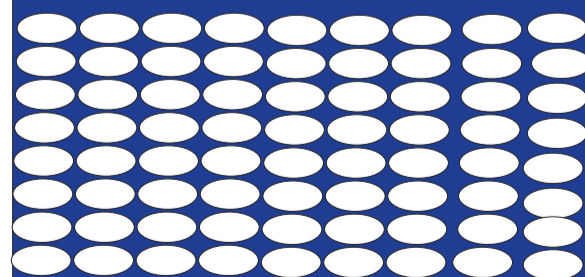
(81) 3424-6967

(81) 3424-6989

(81) 99894-9401

WhatsApp:

(81) 98243-1429



NETUNO ALIMENTOS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 00.580.504/0001-28- AVISO: Convocamos Senhores acionistas da NETUNO ALIMENTOS S/A-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, a se reunirem em AGE, a se realizar, em 1ª convocação, dia 10/06/2022, às 10:00 horas, na sede da CIA, à Rua Padre Carapuço, 752, sala 403 BoaViagem Recife/PE, CEP:51020-280 a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: a) eleição dos membros do Conselho de Administração; b) Fixação da remuneração dos administradores. Achar-se à disposição dos Acionistas, no endereço acima, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei nº10.303/2001. Recife/PE, 30/05/2022. Sérgio Colaferri Filho - Diretor Presidente.

Como federação garante verba pública a partidos

Partidos têm até amanhã para obter registro conjunto no TSE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, até o momento, a formação de três federações partidárias – uma formada por PT, PCdoB e PV; outra por PSDB e Cidadania; e mais uma, com Psol e Rede.

Agora, esses partidos devem ficar unidos por, no mínimo, quatro anos, compartilhando dos mesmos estatuto e diretoria, além de formarem uma bancada única no Congresso Nacional. Mas por que tais siglas tomaram essa decisão?

Um dos principais motivos é se salvar da cláusula de barreira e assim manter o recebimento de dinheiro do Fundo Partidário e o direito a tempo gratuito de propaganda partidária e eleitoral no rádio e TV. Superá-la também é condição para conseguir cargos internos, seja na Mesa Diretora da Câmara ou em comissões.

Cláusula de barreira nada mais é que a exigência de um desempenho mínimo nas urnas para que um partido tenha acesso a recursos públicos para se custear e aos cargos de liderança no Congresso. A ideia não é nova, e já tomou uma série de formas ao longo das décadas no Brasil.

A lógica é estimular a fusão de legendas, reduzindo assim o grande número de partidos com representação na Câmara. Há hoje deputados federais de 23 partidos, o que dificulta a formação de maiorias coesas e favorece negociações com interesses apenas em cargos e verbas do governo, sem lastro ideológico.

Patamar alto

A versão mais recente do mecanismo foi aprovada em 2017 e prevê um aumento escalonado da barreira. Em 2018, por exemplo, para ter acesso ao Fundo Partidário e outras vantagens era necessário à sigla obter 1,5% dos votos válidos (excluindo brancos e nulos) nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Em 2022, essa taxa é de 2%. E não pode ser de qualquer maneira. Os votos devem ter sido recebidos pelo partido em ao menos um terço das 27 unidades da federação, e dentro de cada uma delas a sigla tem que angariar ao menos 1% dos votos válidos. Alternativamente, a cláusula fica superada caso a legenda eleja no mínimo 11 deputados em um terço das UF's.

Com a exigência mais alta, muitas siglas menores se depararam com o risco de não alcançar os votos mínimos necessários nas eleições deste ano, e assim ter sua sobrevivência financeira e política ameaçada.

É o caso, por exemplo, da Rede, que possui hoje apenas dois deputados, e do Psol, cuja bancada na Câmara possui oito parlamentares. Para esses partidos, se juntar foi a única maneira de continuar recebendo verbas do Fundo Partidário e manter sua força política dentro do Congresso. Ao se unir ao PSDB, o Cidadania fez o mesmo cálculo, bem como PCdoB e PV, que se juntaram ao PT.

Diferentemente de uma fusão, na federação cada partido mantém sua própria sigla, símbolo e número na urna, bem como seus próprios filiados. Ou seja, cada candidato continua filiado a uma sigla própria. Isso permite que elas continuem a existir sem precisar ser absorvidas por legendas maiores.



Federações e coligações

Para todos os efeitos, as federações funcionam como um partido, motivo pelo qual a legislação exige que as legendas tenham afinidade ideológica para poder se unir. Essa é uma das principais diferenças do novo instituto para as antigas coligações, que eram regidas por conveniências unicamente eleitorais, sendo desfeitas logo após os pleitos.

Esse é um dos principais motivos, aliás, para as coligações terem sido proibidas nas eleições proporcionais, aquelas que elegem deputados federais e estaduais. Isso porque, nesse tipo de votação, os votos são contabilizados para todos os partidos, em bloco, sendo as cadeiras na Câmara distribuídas proporcionalmente ao tamanho de votação de cada um desses blocos.

Ou seja, nas antigas coligações, ao votar em um partido de esquerda, por exemplo, o eleitor poderia ajudar a eleger um deputado de uma sigla de direita, que por conveniências locais tivesse se coligado a sua oposta ideológica.

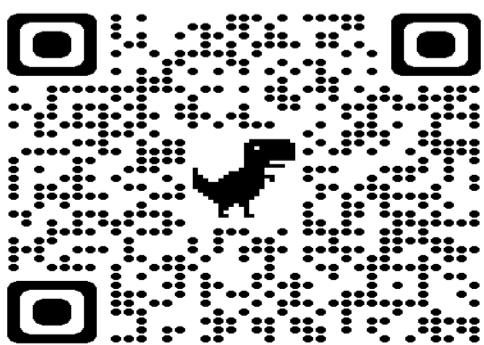
Nas federações, os votos para deputado são contabilizados da mesma maneira, mas com as novas regras o eleitor pode ficar seguro de que seu voto vá sempre para alguém com quem tenha afinidade ideologicamente.

Esse é o motivo pelo qual, também, a federação tem alcance nacional, vinculando todos os diretórios regionais dos partidos que a compõe. Dessa maneira, as siglas ficam impedidas, por exemplo, de formar coligações independentes para as disputas majoritárias, para governador ou presidente. Para isso, todas as siglas federadas devem se coligar juntas, em bloco.

Fim do prazo

Os partidos interessados em disputar as eleições 2022 como parte de uma federação têm até amanhã (31) para obter o registro do estatuto conjunto no TSE. Contudo, não há mais tempo hábil para a deliberação interna das siglas, sendo improvável que outras federações, além das três já aprovadas, se formem.

O prazo inicial para isso era 1o de março, mas foi ampliado para 31 de maio pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que, em fevereiro, afirmou a constitucionalidade das federações e reconheceu a dificuldade dos partidos se adaptarem e negociarem uma união.



Fortalecimento da educação é tema de reunião entre representantes do MEC e vice-prefeitos

Ministro substituto recebeu autoridades municipais e apresentou programas da Pasta que têm como foco a recuperação das aprendizagens

O ministro de Estado da Educação substituto, José Barreto, recebeu na sexta-feira (27), no MEC, vice-prefeitos dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão e Minas Gerais, para tratarem de pautas relacionadas à educação básica, alfabetização e recursos destinados aos municípios. O encontro foi viabilizado com o apoio da União dos Vice-Prefeitos da Bahia (UVPB).

Na ocasião, estiverem presentes, ainda, técnicos e autoridades do MEC, como a secretária-executiva adjunta, Sylvia Gouveia; o secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim; a diretora de Articulação e Apoio às Redes de Educação Básica, Ana Caroline Vilasboas, e o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Marcelo Ponte.

Os vice-prefeitos puderam tirar dúvidas e conhecer as ações e programas da Pasta voltadas para os municípios. O ministro substituto destacou a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, instituída nesta semana pelo Governo Federal.



“A atuação conjunta entre União, estados e municípios é fundamental para a recuperação das aprendizagens, tão prejudicada no mundo inteiro pela pandemia. É preciso união tanto para apoio financeiro como técnico. O MEC disponibiliza diversas plataformas e as secretarias estão de portas abertas para garantir a melhoria da educação no país”, destacou José Barreto.

Durante a reunião, o presidente do FNDE, Marcelo Ponte, falou sobre os atendimentos em todo o Brasil. “Até agora, foram mais de 1.800 municípios atendidos in loco no país. A ideia é exatamente essa. Estar ao lado das prefeituras para manter a transparência e aprimorar a educação brasileira.”, afirmou.

MEC participa do lançamento de ação-piloto intersetorial do Conta pra Mim, no Pará

Na quarta-feira (25), o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf), participou de um evento de lançamento da ação-piloto intersetorial do Programa Conta pra Mim, em Itupiranga, no Pará. Durante a cerimônia, que contou com a presença do secretário de alfabetização, Carlos Nadalim, foram entregues kits de literacia familiar a algumas famílias beneficiárias do Programa Criança Feliz, do Ministério da Cidadania.

Na oportunidade, o secretário destacou a importância do Programa Conta pra Mim para as crianças de todo o país: “O principal objetivo do Programa é proporcionar a essas crianças na primeira infância a aquisição de habilidades que são precursoras da alfabetização formal, a qual ocorre a partir do primeiro ano do ensino fundamental. Literacia familiar é o conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem oral, a leitura e a escrita, as quais são vivenciadas pelas crianças com seus pais ou cuidadores no seio familiar”.

Já a secretária de Assistência Social de Itupiranga, Dileuza Ribeiro, em seu discurso, enfatizou a importância da ação-piloto para o futuro das famílias do município: “O Conta pra Mim traz tempo de qualidade para as crianças, o momento em que os pais tiram para ficar com seus filhos, e isso trará inúmeros benefícios para o futuro dessas crianças”.

A ação-piloto é fruto de uma parceria entre os programas Conta pra Mim e Criança Feliz e beneficiará 30.451 famílias de 26 municípios (um de cada estado da federação) e do Distrito Federal, de modo a contemplar todas as Unidades da Federação com o recebimento de kits de literacia familiar. Foi selecionado em cada estado o município com o maior número de beneficiários do Criança Feliz, o qual é hoje o maior programa de visita domiciliar do mundo, atendendo principalmente famílias com crianças



entre zero e três anos cadastradas no Programa Auxílio Brasil.

Durante sua passagem no município paraense, o secretário de Alfabetização também participou de visitas domiciliares em que algumas famílias receberam kits de literacia familiar. Nessas visitas, assinalou a importância da ação-piloto para o desenvolvimento das crianças: “Pesquisas destacam que a adoção de práticas de literacia com crianças ao longo da primeira infância exerce um impacto positivo no futuro desempenho delas em leitura. Logo, além de oferecer orientações sobre os benefícios dessas práticas, é importante também proporcionar às famílias o acesso a livros infantis, a fim de que interação entre adultos e crianças seja cultivada”.

O material distribuído pelo MEC é composto por 20 livros infantis, de diversos gêneros literários, um encarte com orientações simples e linguagem acessível, na forma de infográficos, para que os pais adotem as práticas de literacia e um jogo de trilha para estimular a rotina de leitura em família: “As Aventuras do Tito”, com o ursinho que é a mascote do Programa.

Conta pra Mim e Criança Feliz

A ação-piloto integra o Acordo de Cooperação Técnica assinado entre a Sealf do MEC e a Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância (SNAPI) do Ministério da Cidadania e beneficiará famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O Programa “Conta pra Mim” foi lançado em 2019 pelo MEC e tem como principal objetivo sensibilizar as famílias brasileiras sobre a importância das práticas de literacia familiar, para que crianças na primeira infância adquiram habilidades precursoras da alfabetização e o hábito da leitura. E isso se dá por meio das estratégias simples e lúdicas apresentadas no Guia de Literacia Familiar, como a interação verbal, a leitura dialogada, a narração de histórias, entre outras. Além disso, essas práticas contribuem para o fortalecimento dos vínculos familiares.

Covid-19: Brasil registra 63 mortes e 24 mil casos em 24 horas Mais de 434 milhões de doses de vacinas já foram aplicadas no país

As secretarias estaduais e municipais de Saúde registraram 24.082 novos casos de covid-19 com base nos balanços feitos no fim de semana em todo o país. De acordo com os órgãos, foram confirmadas também 63 mortes por complicações associadas à doença.

Os dados estão na atualização do Ministério da Saúde divulgada nesta segunda-feira (30). Segundo a pasta, o Mato Grosso do Sul não atualizou o número de óbitos.

Com os novos dados, o total de pessoas infectadas pelo novo coronavírus durante a pandemia chegou se aproxima dos 31 milhões (30.977.661).

O número de casos em acompanhamento de covid-19 está em 339.837. O termo é dado para designar casos notificados nos últimos 14 dias que não tiveram alta e nem resultaram em óbito.

Com os números de hoje, o total de mortes alcançou 666.516. Ainda há 3.272 mortes em



investigação. As ocorrências envolvem casos em que o paciente faleceu, mas a investigação se a causa foi covid-19 ainda demanda exames e procedimentos complementares.

Até agora, 29.971.308 pessoas se recuperaram da covid-19. O número corresponde a 97% dos infectados desde o início da pandemia. Aos sábados, domingos e segundas-feiras, o número registrado diário tende a ser menor pela dificuldade de alimentação dos bancos de dados pelas secretarias municipais e estaduais de Saúde. As terças-feiras, o quantitativo, em geral, é maior pela atualização dos casos acumulados nos fins de semana.

Estados

Segundo o balanço do Ministério da Saúde, no topo do ranking de estados com mais mortes por covid-19 registradas até o momento estão São Paulo (169.241), Rio de Janeiro (73.806), Minas Gerais (61.549), Paraná (43.320) e Rio Grande do Sul (39.528).

Já os estados com menos óbitos resultantes da pandemia são Acre (2.002), Amapá (2.134), Roraima (2.152), Tocantins (4.157) e Sergipe (6.348).

Vacinação

Até hoje foram aplicadas 434.413.160 doses de vacinas contra a covid-19, sendo 176,9 milhões como 1ª dose, 158,9 milhões como 2ª dose e 4,8 milhões como dose única. Outras 85,5 milhões de pessoas já receberam a dose de reforço e 4,2 milhões ganharam segunda dose extra, ou quarta dose da vacina.

Saúde monitora dois casos suspeitos de varíola dos macacos

Notificações são do Ceará e de Santa Catarina

O Ministério da Saúde informou nesta segunda-feira (30) que recebeu a notificação de dois casos suspeitos de varíola dos macacos no Brasil. Um caso suspeito está no Ceará e o outro, em Santa Catarina.

A pasta afirmou ainda que está em contato com os estados para apoiar o monitoramento e as ações de vigilância. Uma terceira pessoa está sendo monitorada no Rio Grande do Sul, mas ainda não foi classificada como suspeita.

A varíola dos macacos é uma doença viral endêmica no continente Africano, com transmissibilidade moderada entre humanos. Até o momento, não há casos confirmados da doença no país.

Monitoramento

Para monitorar o cenário da varíola de macacos no Brasil, o Ministério da Saúde criou uma sala de situação. Além disso, o



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações constituiu, em caráter consultivo, uma Câmara Técnica Temporária de pesquisa chamada Câmara Pox MCTI, para acompanhar os desdobramentos científicos sobre o vírus Monkeypox, conhecido como varíola dos macacos.

A medida de vigilância científica com consulta a especialistas é necessária, segundo o órgão, diante de casos de infecção registrados em países como Portugal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos, em maio deste ano.

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

MTur prorroga prazo para inscrição no concurso global “Melhores Vilas Turísticas”

Agora, destinos turísticos rurais podem se candidatar até o dia 12 de junho. Ministério do Turismo promove seleção simplificada para definir três candidaturas nacionais que serão encaminhadas para participar do concurso da OMT

O Ministério do Turismo receberá até o dia 12 de junho inscrições para um concurso global liderado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) que vai eleger as “Melhores Vilas Turísticas” do mundo em áreas rurais. Cada país, por meio de suas autoridades máximas de turismo, poderá indicar três destinos. Assim, para definir os representantes brasileiros no concurso, o Ministério do Turismo prorrogou o prazo para envio de propostas por entidades públicas ou privadas que desejem participar da seleção.

As inscrições devem ser enviadas para o e-mail candidaturas@turismo.gov.br contendo todos os documentos solicitados na Chamada Pública, que devem ser preenchidos em inglês ou espanhol e português. Para mais informações ou esclarecimentos, o interessado pode enviar e-mail para o mesmo endereço.

Em 2021, primeiro ano da realização do concurso, a Rota do Enxaimel, situada na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, foi uma das ganhadoras. A rota é



considerada a principal região para a preservação da cultura e tradições germânicas no Brasil. O percurso proporciona experiências relacionadas ao patrimônio imigratório, produtos agrícolas e coloniais, artesanato, trilhas ecológicas e atividades esportivas. Os atrativos de destaque incluem ainda parques, museus e cervejarias.

“A escolha de um destino brasileiro na 1ª edição reforça nossa potência no turismo rural. Temos trabalhado em um conjunto de ações para desenvolver esse

segmento, garantindo a geração de renda pelo turismo não só nos grandes centros como também nas pequenas cidades”, ressaltou o ministro do Turismo, Carlos Brito.

INSCRIÇÕES – Podem participar da chamada pública localidades rurais com até 15 mil habitantes, que abriguem atividades tradicionais, como agricultura, silvicultura, pecuária ou pesca, e que compartilhem valores e o estilo de vida da comunidade. As propostas podem ser encaminhadas por entidades públicas ou privadas, associações, pessoas físicas ou jurídicas, que

representem as comunidades.

Assim como na primeira edição, o Ministério do Turismo levará em consideração outros três critérios para classificação dos destinos, além daqueles estabelecidos pela OMT (consulte [AQUI](#)): 1) estar posicionado digitalmente e conseguir divulgar seus produtos turísticos; 2) possuir ações de turismo de base comunitária ou produção associada a cadeias, como a de alimentos e de artesanato; e 3) dispor de um evento tradicional com visitação turística no calendário oficial.

Para saber mais, acesse [AQUI](#) a Chamada Pública.

Segundo a OMT, as candidaturas serão avaliadas por um Conselho Consultivo externo independente composto por especialistas nas diferentes áreas com base nas nove áreas de avaliação que abrangem recursos naturais e culturais, bem como iniciativas nos três pilares da sustentabilidade (econômico, social e ambiental). O resultado do concurso será anunciado no final do ano.

MTur abre 400 vagas para cursos gratuitos em atrativos culturais e naturais

Qualificações são voltadas a guias de turismo habilitados no Cadastur que atuam nas regiões Norte e Centro-Oeste

Os guias de turismo das regiões Norte e Centro-Oeste podem se inscrever, até 10 de junho, nas especializações técnicas em Atrativos Culturais e Naturais em Turismo (Anctur), oferecidas pela Universidade Federal do Tocantins (UFTO) em parceria com o Ministério do Turismo. São 400 vagas abertas, destinadas aos profissionais que operam nos 10 estados das duas regiões, além do Distrito Federal, e que estejam habilitados como “Guia Regional” no Cadastur, o cadastro de pessoas físicas e jurídicas do setor de turismo.

Os dois cursos serão ofertados na modalidade a distância e possuem carga horária de 200 horas cada. Os guias de turismo podem se inscrever em apenas um deles ou realizar as duas capacitações concomitantemente. As especializações terão duração de cinco meses, tendo início em 15 de junho.



Os alunos que não concluíram a última edição do curso, que teve edital lançado em 2021, podem refazer a inscrição.

“Esta é uma nova oportunidade para aqueles que, por alguma razão, não conseguiram obter a certificação. Não percam esta chance de se capacitarem e se destacarem no mercado de trabalho. Essas qualificações têm o objetivo de aprimorar as competências profissionais do guia de turismo para prestar informações de qualidade e que agreguem à experiência do visitante”, destacou o ministro do Turismo, Carlos Brito.

PARCERIAS - Os cursos integram um conjunto de capacitações em atrativos culturais e naturais do país, frutos de parcerias entre o MTur e quatro institutos federais de ensino: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (Nordeste), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Sudeste), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (Sul) e a Universidade Federal do Tocantins (Norte e Centro-Oeste).